



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA

RAYANE THAIS CAITANO

**A IMPORTÂNCIA DOS ESTÁGIOS CURRICULARES NA FORMAÇÃO DO
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

RAYANE THAIS CAITANO

**A IMPORTÂNCIA DOS ESTÁGIOS CURRICULARES NA FORMAÇÃO DO
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

TCC apresentado ao Curso Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Educação Física.

Orientador: Marcelus Brito de Almeida

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Caitano, Rayane Thais .

A importância dos estágios curriculares na formação do profissional de
Educação Física / Rayane Thais Caitano. - Vitória de Santo Antão, 2023.
38 : il.

Orientador(a): Marcelus Brito de Almeida

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Educação Física - Bacharelado, 2023.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Estágio supervisionado. 2. Educação Física. 3. Formação profissional. I.
Almeida, Marcelus Brito de. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

Rayane Thais Caitano

**A IMPORTÂNCIA DOS ESTÁGIOS CURRICULARES NA FORMAÇÃO DO
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

TCC apresentado ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Educação Física.

Aprovado em: 20/04/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Marcelus Brito de Almeida
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Ary Gomes Filho
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Lara Colognese Helegda
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar o presente trabalho, primeiramente a Deus, que me ajudou a alcançar os meus objetivos. E graças a ele, estou concluindo minha segunda graduação em Educação Física, tornando minha formação plena. Agradeço também aos meus familiares e amigos por todo apoio nesse processo. E ao professor Marcelus, por me orientar e desempenhar tal função com zelo, dedicação e humanidade.

RESUMO

O estágio é caracterizado como um período de prática que antecede a entrada no mercado de trabalho. Logo, o presente trabalho objetivou identificar a importância que o estágio curricular possui para a formação dos profissionais de Educação Física. Foram utilizados os preceitos de um estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados SCIELO, LILACS e PubMed. Onde selecionou-se artigos, livros, monografias, dissertações, e teses, além de alguns documentos oficiais. Em seguida, foram lidos os resumos de cada trabalho e selecionados aqueles que mais se aproximavam dos objetivos deste estudo. Por fim, foram compilados os dados mais relevantes para serem usados aqui. Como resultados constatou-se que o estágio é uma parte extremamente importante para o processo de formação do futuro profissional de Educação Física. Portanto, concluiu-se que através do estágio o estudante se prepara para enfrentar e solucionar os problemas que enfrentará em seu cotidiano de trabalho.

Palavras-chave: estágio supervisionado; educação física; formação profissional.

ABSTRACT

The internship is characterized as a period of practice that precedes entry into the job market. Therefore, the present work aimed to identify the importance that the curricular internship has for the formation of Physical Education professionals. The precepts of an exploratory study were used, through a bibliographical research in the SCIELO, LILACS and PubMed databases. where articles, books, monographs, dissertations, and theses were selected, in addition to some official documents. Then, the abstracts of each work were read and those that were closest to the objectives of this study were selected. Finally, the most relevant data for use here has been compiled. As a result, it was found that the internship is an extremely important part of the training process of the future Physical Education professional. Therefore, it is concluded that through the internship the student prepares to face and solve the problems he will face in his daily work.

Keywords: supervised internship; physical pducation; professional qualification.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.1 A história da Educação Física.....	10
<i>2.1.1 Licenciatura e Bacharelado em Educação Física.....</i>	<i>13</i>
2.2 O estágio curricular.....	18
<i>2.2.1 O estágio curricular do Curso de Bacharelado em Educação Física do Centro Acadêmico de Vitória - CAV/UFPE.....</i>	<i>20</i>
3 OBJETIVOS.....	27
3.1 Objetivo Geral.....	27
3.2 Objetivos Específicos.....	27
4 METODOLOGIA.....	28
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
6 CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS.....	33
ANEXO A – Projeto Político Pedagógico do curso de Bacharelado em Educação Física do CAV/UFPE.....	35

1 INTRODUÇÃO

O estágio é caracterizado como um período de prática que antecede a entrada no mercado de trabalho; é um período em que o discente tem a oportunidade de praticar tudo que ele aprendeu, viu e vivenciou em sala de aula. O estágio pode ser dividido em dois tipos: obrigatório e não obrigatório. A Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 (a Lei do estágio) define estágio obrigatório como: “pré-requisito no projeto pedagógico do curso (PPC) para aprovação e obtenção do diploma “ (§ 1º do art. 2º da Lei nº 11.788/2008). E o estágio não obrigatório como “uma atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória” (§ 2º do art. 2º da Lei nº 11.788/2008). Ainda segundo a lei supracitada, o estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho e tem por objetivo preparar o indivíduo para o trabalho produtivo.

O estágio sem dúvidas é um instrumento muito eficaz na preparação do estudante para enfrentar os desafios de sua profissão, pois, atuando em seu ambiente de trabalho, ele pode colocar em prática o que aprendeu na teoria, tendo desta forma a oportunidade de antecipar o desenvolvimento de atitudes e comportamentos profissionais, estimulando sua criatividade sem prejudicar seus estudos (Brasil, 2008). O estágio curricular se configura como uma possibilidade de relacionar teoria e prática e conhecer a realidade da profissão, pois, desta maneira o futuro profissional, passa a compreender de outra forma, aquilo que aprendeu na teoria e relacionar com o cotidiano do seu trabalho.

Acredita-se que através da prática do estágio o aprendizado é mais eficiente, uma vez que vai sendo obtido através de experiências. Não há dúvidas que na prática o conhecimento é assimilado com muito mais facilidade, é mais comum que o estudante consiga lembrar-se o que aprendeu praticando, do que o que aprendeu na teoria. Na prática efetiva de sua profissão através dos estágios curriculares, o estudante consegue praticar os conhecimentos que lhe passaram na teoria.

Logo, o estágio deve ser pensado não apenas como uma prática que insere o estudante dentro da realidade de sua prática profissional, mas, como uma prática que permite ao estudante conhecer as peculiaridades da sua profissão, seja por meio da observação ou participação. Nesse ínterim, o estágio torna-se um momento único da formação do futuro profissional, onde ele realizará atividades teóricas-práticas e crítico-reflexivas (BISCONSINI, *et al*, 2019). A prática de qualquer

profissão requer treinamento e experiência, e na formação do profissional de Educação Física isto não é diferente.

Apesar de o estágio ser uma etapa extremamente importante para a formação dos futuros profissionais, Barbosa Neto (2018) afirma que não há muitos trabalhos que abordem esta temática, tornando-se importante que haja mais pesquisas neste campo de estudo. Diante do exposto, surgiu a inquietação e o desejo de realização do presente trabalho, com o objetivo de verificar a importância que o estágio curricular possui na formação dos futuros profissionais de Educação Física. Acreditando, que este é crucial para o futuro profissional do indivíduo que escolheu exercer tão nobre profissão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A história da Educação Física

“A distinção entre o passado e o presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É, pois, uma operação fundamental da consciência e da ciência histórica” (LE GOFF, 2003, p. 207).

A prática da Educação Física no Brasil teve início com a chegada dos primeiros grupos de colonos, imigrantes e militares em diferentes partes do país. As atividades começaram a ser estruturadas objetivando o lazer, a formação corporal e e/ou a disciplina. Começou a promoção de jogos, atividades recreativas, exercícios físicos e competições atléticas (SOUZA NETO, *et al.*, 2004). Contudo apenas a práticas efetivas dessas atividades, embora importantes, não eram suficientes, havia a necessidade de descobrir as regras do jogo político social, divulgar seu conhecimento e propagar seus efeitos e benefícios, iniciando então uma produção literária especializada (CATANI, 1994).

A Educação Física esteve por um tempo sob a responsabilidade dos médicos, militares, esportistas e intelectuais. Desses, o que mais contribuíram com a Educação Física foram os militares e os médicos, emprestando à Educação Física um caráter utilitário e importante. Entre 1824 e 1831, surgem as primeiras tentativas de uma formação profissional sistematizadas (SOUZA NETO, *et al.*, 2004). O primeiro programa civil do curso de Educação Física é o da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo, este criado em 1931 e tendo seu funcionamento apenas em 1934.

Installada em 1 de agosto de 1934, a Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo já formou duas turmas de Instructores de Gymnastica e uma de professores de Educação Physica. Os instructores de gymnastica recebem, num anno de curso, os ensinamentos básicos, quer theoricos, quer práticos, para ministrarem o ensino e a prática da physiocultura. Mas, para alcançarem o título de professores de educação physica precisam estudar mais um anno, sahindo da Escola, então, habilitados a serem verdadeiros directores de educação physica, nos collegios ou clubs esportivos” (Educação Física, 1936, p. 77).

Abaixo podemos ver uma imagem que representa o programa do curso supracitado.

Figura 1- Curso de 1934.



Fonte: SOUZA NETO (2004)

Buscando legitimidade para a Educação Física e o reconhecimento de seus profissionais, a constituição de 1937, torna a mesma obrigatória nas escolas. “A Educação Física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus serem autorizadas ou reconhecidas sem que satisfaça aquela exigência” (BRASIL, Constituição, 1937). Agora, a preocupação é formar profissionais capacitados a educar, pois, a Educação Física tinha ganhado grande relevância. As aulas de Educação Física, tinham por objetivo direcionar os jovens e aprimorá-los esteticamente (ARAUJO, 2000), por isso a importância de formar educadores físicos.

Neste período a Educação Física estava fortemente associada aos esportes, desta forma, a mesma adquire maior relevância na educação nacional. O Decreto 1.212 de 17 de abril de 1939 cria a Universidade do Brasil e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Nesta Universidade os cursos eram desenvolvidos no período de um ano, com exceção do curso voltado para a formação de professores,

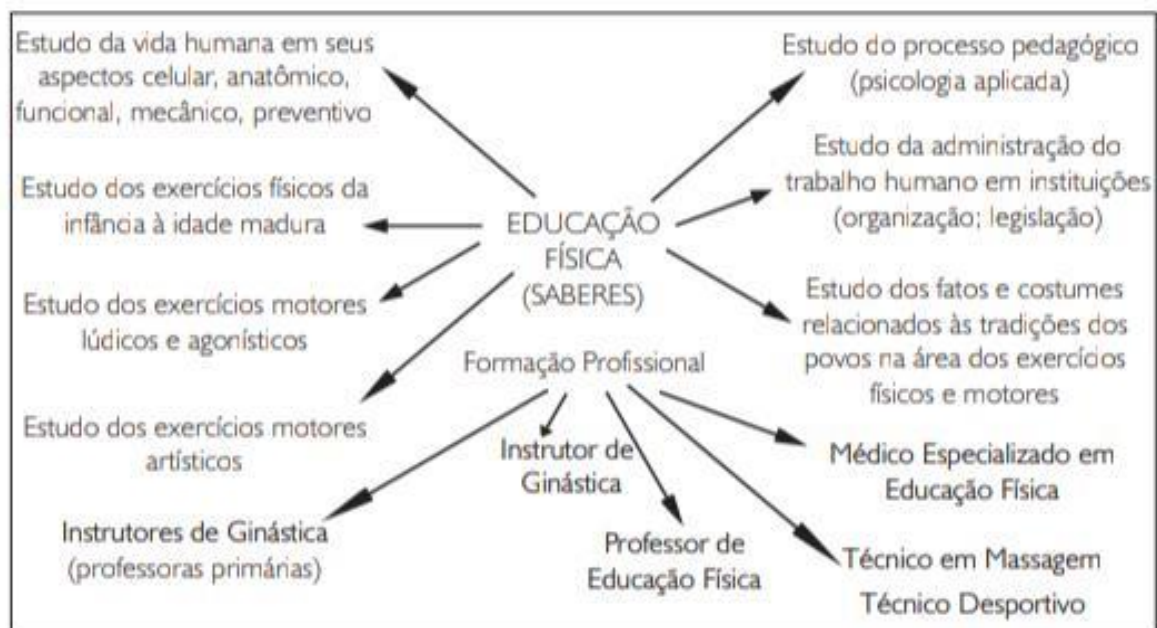
que tinha duração de dois anos. O capítulo II, art. 2º, do Decreto 1.212/39 traz as seguintes informações:

A escola Nacional de Educação Física ministrará os seguintes cursos:

- a. Curso superior de Educação Física;
- b. Curso normal de Educação Física;
- c. Curso de técnica desportiva;
- d. Curso de treinamento e massagem;
- e. Curso de medicina de Educação Física e dos desportos.

Abaixo podemos ver uma imagem que mostra as principais características do curso proposto pelo decreto 1.212/39.

Figura 2- curso de 1939



Fonte: SOUZA NETO (2004)

Podemos perceber que ao longo dos anos 1930, a disciplina Educação Física passa por um processo de institucionalização, onde os primeiros cursos de formação e escolarização, são elementos que contribuíram para a construção de sua especificidade e também para sua profissionalização (PAIVA, 2004, *apud*, FIGUEIREDO, 2016). Em 1945, ocorre uma revisão do currículo proposto pelo Decreto 1.212/39, criando-se o Decreto 8.270/45. Este agora traz que o Curso

superior em Educação Física terá duração de três anos. O art. 1º do Decreto 8.270/45 acrescenta a seguinte alínea: “e) instituir centros de Educação Física, destinados a práticas dos exercícios físicos e a disseminação das normas científicas a que deverão obedecer.” O art. 2º do mesmo decreto diz que:

A escola Nacional de Educação Física e Desportos ministrará os seguintes cursos:

- a. Superior de Educação Física;
- b. Educação Física Infantil;
- c. Técnica desportiva;
- d. Massagem;
- e. Medicina aplicada à Educação Física e aos Desportos.

É nítido que entre os anos 1945 e 1968 a formação de professores ganhou uma atenção especial com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Até este momento a formação dos professores de Educação Física era distinta da formação de professores para outras disciplinas, em outros cursos, exigia-se a disciplina de didática. A LDB N° 4.024/61, estabelece um núcleo de matérias pedagógicas. No final da década de 60, ocorre a reforma universitária onde, constata-se que no curso para professores de Educação Física não havia disciplinas pedagógicas e para o curso de técnica desportiva, as escolas não estavam aparelhadas para realizar os cursos (SOUZA NETO, 2004).

Na prática não se estava atendendo efetivamente ao mercado de trabalho em quantidade e qualidade, permitindo que ex-atletas continuassem a ocupar o lugar dos profissionais formados por uma escola superior, propondo-se então, que a formação deveria se restringir à formação de professores e de técnicos (SOUZA NETO, 2004, p. 119).

Com o parecer nº 894/69, os cursos de formação de professores restringem-se apenas aos cursos de Educação Física e técnico de desportos, com duração de três anos. Mesmo diante de tantas discussões e propostas curriculares, foi apenas em 1987 que ocorreu a separação da licenciatura e bacharelado em Educação Física.

2.1.1 Licenciatura e Bacharelado em Educação Física

Entre discussões e decretos, surge o parecer nº 215/1987, que pode ser considerado o documento base utilizado para problematizar as disputas no campo da Educação Física, resultando na legislação curricular de 1987 (Resolução CFE nº 03/1987). O parecer nº 215/1987, aprovado em 11/03/1987, dispõe sobre “a reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo.”

Dentre os aspectos mais relevantes nos temas abordados destacam-se, sem dúvida, a questão do perfil profissiográfico do Licenciado e do Bacharel em Educação Física; o posicionamento do Técnico Desportivo; os conteúdos curriculares, diante do confronto entre o desejo de exercer o direito de estabelecê-los com ampla liberdade, de acordo com a concepção de cada curso, e as exigências dos mínimos obrigatórios, fixados pela legislação; o problema das cargas horárias e da duração mínima dos cursos, a pós-graduação e as especializações, dentre muitos outros (Parecer nº 215/1987)

O parecer supracitado ressalta a importância de reconhecimento da necessidade de reformulação curricular e complementação, assim como a avaliação e acompanhamento dele. Abaixo vemos um quadro com as estratégias propostas para a reformulação do currículo dos cursos de Educação Física.

Quadro 1- Estratégias para reformulação curricular dos cursos de Educação Física

Proposta	Implementação	Avaliação
----------	---------------	-----------

1.Introdução Esboço histórico. 2.Caracterização - Nova maneira de pensar a educação Física; - Perfil do graduado (licenciado/bacharel); - Observância dos referenciais expressos pelos campos de conhecimentos definidos. 3. Organização Curricular • Objetivos; • Composição; • Duração.	1. Preparação Inicial - Restrições e facilidades; • Quando; • Quem (alternativas) • Critérios para seleção; • Decisão. 2. Planejamento • Objetivos; • Recursos; • Ações; • Cronograma. 3. Execução • Mobilização necessária; • Desenvolvimento; • Ações previstas.	1. Preparação • Para que? • Para quem? • Quando? • Quem fará? • Alternativas e critérios, decisão. 2. Planejamento • Objetivos; • Recursos; • Preparação instrumental; • Treinamento de pessoal; • Coleta de dados; • Análise e interpretações; • Conclusões e recursos. 3. Execução • Coleta de dados; • Tratamento, análise e interpretações, conclusões e recomendações. 4. Relatório 5. Revisão Crítica
--	---	---

Fonte: Parecer N° 215/1987 (Adaptado pela autora)

Consta no parecer acima a definição da carga horária dos cursos de Educação Física, passando de 1.800 horas para 2.880 horas, o que faz com que a duração do curso aumente para quatro anos. Também estava presente a proposta de extinção do currículo mínimo, para a adoção da organização em duas partes: formação geral e aprofundamento de conhecimentos.

Diversos debates são realizados entre os anos de 1978 e 1986. É no ano de 1978 que se realiza um seminário, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), culminando com a Resolução CFE nº 03/1987. Segundo Finoqueto (2012) nesse período havia uma discussão sobre qual modelo iria adotar-se para a pós-graduação: o americano ou o europeu. A autora acima, afirma que o modelo adotado inicialmente foi o alemão, a escolha deu-se a partir de um acordo entre o Brasil e a Alemanha.

O convênio com a Alemanha levou vários treinadores brasileiros, muitos seminários foram feitos lá na área de administração e treinamento, na EF escolar...Mas acontece que tinha uma força maior agindo sobre isso que foi a CAPES, que optou pelo modelo americano (AZEVEDO, 1999, p. 106, *apud* FINOQUETO, 2012, p.113).

A resolução N° 03/1987, concedeu às universidades flexibilidade para a elaboração de seus currículos, porém, na Educação Física, ainda havia opiniões bastantes diferentes em relação ao modelo de currículo que deveria ser adotado. Alguns defendiam a continuidade do currículo mínimo e outros defendiam a extinção dele. Outra polarização que havia nesta época, era acerca da fragmentação da profissão “em linhas gerais, era a formação de um profissional generalista contra a formação por habilitações” (FINOQUETO, 2012, p.114). “O termo ‘Bacharelado’, ainda não tinha aparecido escrito em nenhum debate até então, contudo, na resolução nº 03/87 surge a formação do profissional bacharel. Nesse ínterim de debates e discussões, a proposta curricular é enviada aos 96 cursos de Educação Física do Brasil. Hebert Dutra, até então subsecretário da SEED/MEC, mesmo diante da possibilidade da implantação de um currículo totalmente aberto, sugere que se indicassem, ainda que de forma mínima, algumas áreas de conhecimento (AZEVEDO, 1999).

O currículo pleno para o curso de graduação em Educação Física, dividiu-se da seguinte maneira: as 2.880h/a foram divididas em formação geral e aprofundamento de conhecimento. A formação geral ficou com 80% da carga horária total (2.304h/a) e o aprofundamento dos conhecimentos com os 20% restantes (576h/a). O currículo também foi dividido em cunho humanístico, ocupando 40% da carga horária (921.6h/a) e tendo como áreas de conhecimento, o conhecimento filosófico; conhecimento do ser humano e conhecimento da sociedade. Os 60% restantes da carga horária (1.382.4h/a), foi direcionado para o cunho técnico, que tem por área de conhecimento, o conhecimento técnico (BRASIL, 1987). Ao analisar-se a forma como os conhecimentos foram divididos, percebe-se uma supervalorização do conhecimento técnico. Acerca do conhecimento técnico o parecer CFE nº 215/87 diz que:

Entende-se como um conjunto de conhecimentos e competências para planejar, executar, orientar e avaliar atividades de Educação Física e desportos, tanto no âmbito da educação escolar como no âmbito não escolar, em procedimentos formais e não-formais, contribuindo e facultando a geração e a transformação do próprio conhecimento técnico (BRASIL, 1987, p.16).

E, em relação ao aprofundamento de conhecimento:

A parte do currículo que deverá, pelas opções feitas pelos alunos e/ou pela vocação ou disponibilidade de meios disponíveis em cada IES, caracterizar a maior ou menor ênfase do curso oferecido seja na linha da Licenciatura, seja na do Bacharelado. Assim, o aprofundamento de Conhecimento é a parte do currículo que deverá possibilitar a cada aluno a realização de pesquisas, estudos teóricos e/ou práticos com maior qualidade quantidade (BRASIL, 1987, p.16).

Após, as discussões acerca da formação do técnico desportivo, o relator do parecer supracitado, inicia uma discussão sobre a formação do bacharel, que em sua opinião estava sendo negligenciada, ele ressalta que não havia muita diferença entre a formação do bacharel e a formação do licenciado. Neste caso, quem iria diferenciar os profissionais seria o mercado de trabalho, desta maneira encontram-se subsídios para a criação do bacharelado. O relator rebate o fato de alguns não concordarem com as cadeiras pedagógicas para a formação do bacharel, uma vez que, mesmo em espaços considerados não-escolares, haverá a prática do ensino.

2.2 O estágio curricular

O termo estágio sofreu diversas mudanças ao longo do tempo. No início a prática do estágio, consistia apenas em acompanhar alguém que era considerado superior em relação ao conhecimento, por exemplo, na idade média, o mestre tinha seu acompanhante, que neste caso, era um estagiário. Hoje em dia, o estágio é uma prática curricular presentes nos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior. O termo estágio (*stagium*, em latim medieval) tem por significado, residência ou lugar para morar. Contudo, ele se originou no latim clássico, ‘*stare*’ que significa estar em um lugar. A Lei nº11.788 de 25 de setembro de 2008, define estágio como:

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso (BRASIL, 2008, p.07).

Desde o ano de 1940, muitas normas legais foram criadas com o objetivo de regulamentar a prática do estágio no Brasil. Entre as principais podemos citar: o Decreto – Lei nº 4.073/1942; a Portaria nº 1.002/1967 do Ministério do trabalho; o Decreto nº 66.546/1970; o Decreto nº 75.778/1975; a Lei nº 6.494/1977 e o Decreto nº 87.497/1982.

Em 1942, com a criação do Decreto – Lei nº 4.073/42, o estágio passa a ser definido como “um período de trabalho”, o mesmo deveria ser realizado em alguma indústria, e ocorrer sob a supervisão de um professor. Foi em 1967, sob o regime da ditadura militar, que o estágio foi instituído nas faculdades e escolas técnicas. “Nesta norma foi definida a importância do estágio para o aperfeiçoamento do ensino, criando condições favoráveis ao entrosamento entre a escola e a empresa” (COLOMBO; BALLÃO, 2014, p. 174). O Decreto nº 66.546/70 criou os “estágios práticos”, porém, apenas as áreas de engenharia, tecnologia, economia e administração foram contempladas. Ainda na década de 1970, ocorreu a

regulamentação do estágio dos estudantes de ensino superior no serviço público federal, com o Decreto nº 75.778/75. A primeira lei que tratou exclusiva e especificamente do estágio foi a Lei nº 6.494/77, sendo regulamentada apenas em 1982, pelo decreto nº 87.497/82.

Uma década se passou e nenhuma alteração houve nesta lei. Apenas em 1994 a Lei nº 8.859, incluiu as pessoas com deficiência e em 2000, a Medida Provisória nº1952-24, permitiu o estágio para estudante do Ensino Médio não profissionalizante. No final dos anos 90, ocorrem modificações sobre as questões conceituais do estágio, com a discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE), sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

[...] agregando uma distribuição diferenciada entre prática profissional, atividades complementares e a tentativa de um maior esclarecimento ou busca de aproximação entre o contexto da formação acadêmica, entre o âmbito teórico e o prático, porém somente tomou maiores proporções no governo de Luís Inácio Lula da Silva (LIMA, 2011, p. 4).

Visando sanar as dificuldades das leis e decretos anteriores, e buscando conceituar o estágio como assunto exclusivamente educacional, uma nova proposta de lei é enviada pelo Governo Federal para o Congresso Nacional em 2006. Sendo aprovada no final de 2007. Ela foi sancionada em 25 de setembro de 2008, e ficou conhecida como Lei do estágio, sob o número 11.788. A Lei do estágio trouxe duas mudanças extremamente importantes, sendo elas: o estagiário não pode ser tratado igual aos outros funcionários dentro da empresa; o responsável por acompanhar e vincular o estágio ao processo didático-pedagógico, é a instituição de ensino.

A referida lei, trouxe diversas mudanças em relação as leis e decretos anteriores, entre elas podemos citar:

- Conceitua estágio obrigatório e não obrigatório de forma mais clara;
- O termo de compromisso agora envolve as três partes: escola, estudante e empresa;
- Os estagiários passam a ter direito a férias remuneradas de trinta dias, caso o estágio ocorra em um período de 12 meses na mesma empresa;
- Tanto a instituição de ensino como a empresa devem ter um responsável para acompanhar as atividades do estagiário e ambos devem constar no termo de compromisso.

- A carga horária se limita a seis horas por dia e oito horas em casos especiais, não podendo exceder trinta horas semanais;
- Prevê estágio também para estudantes do ensino médio regular, para estudantes estrangeiros e para estudantes em cursos profissionalizantes;
- Alteração do artigo 82 da LDB, definindo que cada ente federado só pode legislar sobre estágio observando esta lei, pois ela passa a ter caráter nacional.

A lei prevê mais rigor acerca do estágio, o estudante também deve apresentar um relatório final, assim como a empresa deve apresentar uma avaliação final, sobre as atividades do estagiário.

O conhecimento que o aluno adquire durante seu processo de formação pode ser medido pela prática de determinada tarefa relacionada a sua formação. O saber e o fazer se complementam, embora, passamos considerar conceitualmente, os dois como ações antagônicas. O fato de haver essa complementaridade, é o que torna o estágio uma prática importante, trata-se de uma oportunidade educativa de reforço mútuo entre teoria e prática (COLOMBO; BALLÃO, 2014).

2.2.1 O estágio curricular do curso de Bacharelado em Educação Física do Centro Acadêmico de Vitória – CAV/UFPE

Como já supracitado, o estágio possui um valor excepcional para a formação do estudante, permitindo que este viva na prática como será sua profissão e coloque em prática o que viu teoricamente. E para os futuros profissionais de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, do Centro Acadêmico de Vitória – CAV, não é diferente. A Educação Física na UFPE surgiu na década de 70, no campus Recife, através da criação do Núcleo de Educação Física e Desportos – NEFD. O núcleo estabeleceu-se definitivamente em 1975 “com atribuições de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária no âmbito da Educação Física e desportos” (Brasil, 2014).

O Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão, da Universidade de Pernambuco (CAV-UFPE) deu início às suas atividades em agosto de 2006. A estrutura administrativa do CAV-UFPE possibilita a abordagem multidisciplinar, sendo estrutura em seis núcleos: Enfermagem; Nutrição; Ciências Biológicas; Educação Física e Ciências do Esporte (Bacharelado e Licenciatura em Educação

Física); Saúde Coletiva e o Núcleo de Pesquisa e Extensão (NPE) (Brasil, 2014). No CAV o curso de Educação Física teve início em 2010, com o Bacharelado em Educação Física e no ano seguinte o curso de Licenciatura em Educação Física.

A proposta de instalação do curso de Bacharelado em Educação Física se alicerça na determinação do Governo Federal de interiorizar a Educação Superior pública. Sendo assim, este é o segundo curso de Educação Física em uma instituição federal do interior do Estado. Aliado a este fato, existe uma carência efetiva de bacharéis que atuem em clubes, academias, hotéis, empresas/fábricas e na formação de atletas na cidade e regiões circunvizinhas. Particularmente o curso de Bacharelado em Educação Física aborda várias dimensões da atividade motora humana formando profissionais atuantes na promoção da saúde e da qualidade de vida e educação ambiental, com o mercado de trabalho em franca expansão (BRASIL, p. 18, 2014).

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Educação Física, traz em seu texto que, esta, é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que possui como objeto de estudo e aplicação, o movimento humano, há em seu contexto o foco em diferentes modalidades de exercícios como: ginástica; jogo; esportes; luta/arte marcial e dança. A educação Física trabalha com a educação e reeducação motora, o lazer, o rendimento físico esportivo, recreação (MONOEL; TANI, 1999).

O PPC, também traz os objetivos do curso de Bacharelado em Educação Física, sendo o geral: Formar profissionais para intervir, acadêmica e profissionalmente, em instituições públicas e privadas, no componente de educação física, esporte e lazer em academias, clubes, centros esportivos e/ou recreativos, acampamentos, hotéis, clínicas, hospitais e organizações não governamentais, em diferentes grupos populacionais (crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiência, atletas na saúde e na doença). E os específicos:

- Formar profissionais capazes de planejar, organizar e avaliar programas de atividade física para promoção da saúde, lazer, treinamento físico de esportes amadores e de alto rendimento;
- Formar profissionais capazes de integrar em sua prática profissional, atividades de conservação da biodiversidade, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental.

- Formar profissionais aptos a atuar em equipes multiprofissionais destinadas a planejar, coordenar, supervisionar, implementar, executar e avaliar atividades relacionadas com a educação física.
 - Formar profissionais capazes de analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio de diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento sociocultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável;
- 24
- Assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética, preocupado com a formação transdisciplinar, associando os pilares do ensino superior (ensino, pesquisa, extensão);
 - Estimular o senso crítico e propiciar o desenvolvimento do espírito investigativo e científico, habilitando os jovens a emitirem juízos críticos e auto-críticos através do desenvolvimento de pesquisa, participação em congressos, seminários, colóquios e outros;
 - Habilitar profissionalmente pelo empenho no ensino teórico-prático de atividades físicas e suas relações étnico-raciais com diferentes culturas incluindo a Afro-Brasileira e Africanas.

O PPC do curso de Bacharelado em Educação Física do CAV, traz a organização curricular do curso, onde este foi organizado a partir da resolução N° 7, de 31 de Março de 2004 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, para o curso de Educação Física, tendo presente os objetivos e o perfil profissional desejado e baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/1996). Ainda segundo o PPC supracitado, as disciplinas e atividades curriculares estão distribuídas em oito semestres, exceto as atividades complementares, essas deverão ser complementadas ao longo do curso. Nas imagens 3, 4 e 5 podemos ver a estrutura curricular do curso.

Figura 3. Componentes obrigatórios do curso.

Códigos	Componentes Curriculares Obrigatórios	Ch Semanal		C R É D I T O S	C. H. T O T A L	Pre-Requisitos	Co-Requisitos
		T E O R I C A	P R Á T I C A				
1º ANO							
1º Período							
EDUF0001	Anatomia 1	30	30	3	60		
EDUF0002	Bioquímica 1	30	30	3	60		
EDUF0003	História da Educação Física	30	0	2	30		
EDUF0004	Estudos Práticos 1 (Atletismo e Ginástica)	30	60	4	90		
EDUF0005	Biologia Celular e Embriologia	45	30	4	75		
EDUF0011	Biofísica	15	30	2	45		
Carga Horária do Período							360
2º Período							
EDUF0014	Estudos Práticos 3 (Basquetebol e Handebol)	30	60	4	90		
EDUF0009	Fisiologia Geral	30	60	4	90	EDUF0001, EDUF0002	
EDUF0010	Estudos Práticos 2 (Natação e Judo)	30	60	4	90		
EDUF0006	Histologia	30	30	3	60		EDUF0005
EDUF0007	Anatomia do Sistema Locomotor	30	30	3	60	EDUF0001	
Carga Horária do Período							360
2º ANO							
3º Período							
EDUF0012	Fisiologia do Esforço	30	60	4	90	EDUF0009	
EDUF0013	Microbiologia e Imunologia	15	30	2	45	EDUF0005	
EDUF0008	Bioquímica do Exercício Físico	30	60	4	90	EDUF0002	
EDUF0015	Biomecânica e Cinematiometria	30	60	4	90	EDUF0009, EDUF0011	
EDUF0016	Crescimento e Desenvolvimento	15	30	2	45		
EDUF0017	Metodologia da Investigação Científica 1	30	0	2	30		
EDUF0018	Ética Profissional	30	0	2	30		
Carga Horária do Período							420

4º Período							
EDUF0019	Estudos Práticos 4 (Voleibol e Futebol)	30	60	4	90		
EDUF0046	Psicologia do Esporte	30	30	3	60		
EDUF0021	Aprendizagem Motora	15	30	2	45	EDUF0016	
EDUF0022	Imunologia do Exercício	15	30	2	45	EDUF0013	
EDUF0023	Nutrição Aplicada ao Exercício Físico	15	30	2	45	EDUF0012	
EDUF0024	Farmacologia Aplicada ao Esporte	15	30	2	45	EDUF0012	
EDUF0027	Teoria e Metodologia do Treinamento Físico	30	30	3	60	EDUF0008, EDUF0012	
<i>Carga Horária do Período</i>							360
3º ANO							
5º Período							
EDUF0025	Socorros Urgentes	30	0	2	30	EDUF0012	
EDUF0020	Estágio em Esporte 1	-	90	3	90	EDUF0004, EDUF0010, EDUF0014, EDUF0019, EDUF0027	
EDUF0028	Esporte e Portadores de Necessidades Especiais	15	30	2	45	EDUF0019	
EDUF0029	Recreação e lazer	15	30	2	45		
EDUF0030	Bioestatística e Metodologia da Investigação Científica 2	30	30	3	60	EDUF0017	
EDUF0031	Dança 1	30	30	3	60		
<i>Carga Horária do Período</i>							330
6º Período							
EDUF0026	Estágio em Esporte 2	-	120	4	120	EDUF0020	
EDUF0033	Atletismo 2	15	30	2	45	EDUF0004, EDUF0027	
EDUF0034	Medidas e Avaliação em Educação Física	15	30	2	45	EDUF0015	
EDUF0035	Epidemiologia Aplicada à Educação Física	30	30	3	60	EDUF0030	
EDUF0036	Legislação Esportiva	60	-	4	60		
EDUF0037	Trabalho de Conclusão de Curso 1 (TCC 1)	30	-	2	30	EDUF0030	
<i>Carga Horária do Período</i>							360
4º ANO							
7º Período							
EDUF0038	Natação 2	30	30	3	60	EDUF0010, EDUF0027	
<i>Carga Horária do Período</i>							360

Códigos	Componentes Curriculares Eletivos	C.H. Semanal		C R É D I T O S	C H T O T A L	Pre-Requisitos	Co-Requisitos
		T E O R I C A	P R Á T I C A				
EDUF0048	Métodos de Treinamento para o Atletismo	15	30	2	45	EDUF0033, EDUF0027	
EDUF0049	Modelos Experimentais e Exercício Físico	15	30	2	45	EDUF0012, EDUF0017	
EDUF0050	Gestão em Academias de Ginástica	30	0	2	30	EDUF0040	
EDUF0051	Futsal	15	30	2	45	EDUF0019	
EDUF0052	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	45	0	3	45		
NEF0019	Karatê – Do I	15	30	2	45		

Fonte: PPC do curso de Bacharelado em Educação Física CAV/UFPE.

Figura 5. Detalhamento da carga horária do curso.

DETALHAMENTO DE CARGA HORÁRIA DO CURSO	
Síntese de Carga Horaria	
Componentes Obrigatórios (inclui Metodologia e Estágios)	2925
Componentes Eletivos do Perfil	210
Componentes Eletivos Livres ou Atividades Complementares	240
Carga Horária Total	3375
Integralização Curricular	
Tempo Mínimo	8 semestres
Tempo Médio	9 semestres
Tempo Máximo	14 semestres

Fonte: PCC do curso de Bacharelado em Educação Física do CAV/UFPE.

Podemos observar na imagem 3, que o estágio curricular se dá a partir do 5º período iniciando pelo estágio em esportes 1, finalizando com o estágio em esportes 4, no 8º período. Logo, o curso possui 4 cadeiras voltadas para o estágio. Nos anexos 1, 2, e 4, podemos ver os programas dos componentes curriculares, que neste caso são os estágios 1, 2, 3 e 4. Nestes documentos constam a ementa, os objetivos, a metodologia e avaliação de cada componente.

O estágio no curso de graduação em Bacharelado em Educação Física terá como objetivo principal habilitar o estudante para o exercício profissional no âmbito das diferentes manifestações da atividade física (academias, clubes ou centros esportivos, por exemplo) conforme o projeto pedagógico de cada modalidade. Constitui uma fase teórica instrumentalizadora da prática do docente, entendida como atividade de transformação da realidade, permitindo ao aluno complementar sua formação acadêmica nos aspectos técnicos, cultural, científico e humano (BRASIL, 2014, p. 161)

Segundo o PPC, o estágio supervisionado será realizado por meio da vivência das atividades docentes e será desenvolvido de acordo com a resolução nº

02/1985 do CCPE e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). O estágio supervisionado estará vinculado às disciplinas: Estágio em Esportes 1 – atendimento ao público em clubes (90 horas); Estágio em Esportes 2 - atendimento em academia de esporte e lazer (120 horas); Estágio em Esporte 3 – atendimento ao público da terceira idade (120 horas); Estágio em Esportes 4 – atendimento aos grupos especiais (120 horas). A carga horária do estágio obrigatório é de 450 horas. Abaixo podemos ver os campos de estágios do curso de Bacharelado em Educação Física, este deve ser cumprido nos vários segmentos profissionais relacionados à atividade Física, saúde e qualidade de vida. E no anexo 5, encontraremos o regulamento do estágio para o curso de Bacharelado em Educação Física.

Figura 6. Distribuição de carga horária mínima para o estágio do curso de Bacharelado em Educação Física do CAV-UFPE.

Público Alvo	Carga horária mínima	Distribuição	Observação
Atendimento ao público em clubes	90 horas	• Mínimo de 35 horas de observação; • Mínimo de 25 horas de participação; • Mínimo de 25 horas de regência; • Mínimo de 25 horas de outras atividades.	Academias, clubes, centros esportivos e/ou recreativos, acampamentos, hotéis, clínicas, hospitais, organizações não governamentais, dentre outros.
Atendimento em academias de esporte e lazer	120 horas	• Mínimo de 25 horas de observação; • Mínimo de 25 horas de participação; • Mínimo de 25 horas de regência; • Mínimo de 15 horas de outras atividades.	Academias, clubes, centros esportivos e/ou recreativos, acampamentos, hotéis, clínicas, hospitais, organizações não governamentais, dentre outros.
Atendimento ao público da terceira idade	120 horas	• Mínimo de 25 horas de observação; • Mínimo de 25 horas de participação; • Mínimo de 25 horas de regência; • Mínimo de 15 horas de outras atividades.	Academias, clubes, centros esportivos e/ou recreativos, acampamentos, hotéis, clínicas, hospitais, organizações não governamentais, dentre outros.
Atendimento aos grupos especiais (público portador de necessidades especiais)	120 horas	• Mínimo de 15 horas de observação; • Mínimo de 35 horas de participação; • Mínimo de 35 horas de regência; • Mínimo de 35 horas de outras atividades.	Academias, clubes, centros esportivos e/ou recreativos, acampamentos, hotéis, clínicas, hospitais, organizações não governamentais, dentre outros.

Fonte: PPC do curso de Bacharelado em Educação Física do CAV/UFPE.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Identificar a importância que o estágio curricular possui para a formação dos profissionais de Educação Física.

3.2 Objetivos Específicos

- Analisar como a prática do estágio curricular influencia a formação do profissional de Educação Física;
- Mostrar a evolução do estágio curricular no Brasil;
- Ressaltar a importância do estágio curricular para a formação dos profissionais de Educação Física.

4 METODOLOGIA

O trabalho aqui desenvolvido seguiu os preceitos de um estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008, p.50) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”. Ele seguiu as seguintes etapas: realizou-se um levantamento acerca do assunto abordado nas bases de dados, SCIELO, LILACS e PubMed. Em seguida leu-se os resumos dos trabalhos selecionados e separamos os que estavam de acordo com os objetivos do trabalho.

Por fim, copiou-se os achados relevantes e utilizando-os na confecção do presente trabalho.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estágio curricular torna-se cada vez mais importante no processo de formação, pois, as profissões têm sido marcadas por uma rápida obsolescência da informação, do saber e do conhecimento, fazendo com que essa prática se torne cada dia mais importante durante os cursos de formação. No processo de formação profissional, muitas vezes deparamo-nos por uma dicotomia entre a situação de formação e a situação do trabalho, ou seja, há uma distância entre o processo de formação e a realidade do espaço de trabalho. Por isso, surge a necessidade do formando passar pelo processo de estágio, para que possa, ter uma dimensão real de como será sua profissão na prática.

Frente a um mercado de trabalho cada dia mais exigente e concorrido, é sabida a preocupação dos jovens ainda em formação acadêmica com sua inclusão nesse mercado, que exige não somente o diploma de conclusão de curso, mas também experiência prática e habilidades comportamentais (BRASIL, 2008, p.05).

A discussão sobre a importância do estágio supervisionado para a formação profissional perpassa diversas dimensões, política, social, cultural e educacional. Compreende-se estágio como uma etapa formativa que irá contribuir na discussão sobre a relação que existe entre a teoria e a prática durante o processo de formação. O estágio supervisionado não pode limitar-se apenas a instruções técnicas profissionais, mas é importante e necessário que esta experiência contribua para concretização de ações reflexivas acerca da sua profissão.

Pimenta; Lima (2012) vai dizer que o estágio é um espaço onde os saberes e as experiências irão se entrelaçar, congregando-se ao processo formativo do sujeito. o estágio supervisionado é uma dimensão relevante no processo formativo dos profissionais e pode ser considerado um aspecto peculiar para o processo de reconhecimento identitário do futuro profissional (SILVA, *et al*, 2020). Uchoa (2015) em seu relato de experiência pode concluir que o estágio vai além do cumprimento de exigências acadêmicas, pois, ele se configura como uma oportunidade de crescimento profissional e é um grande instrumento de integração entre teoria e prática.

O estágio supervisionado curricular é muito importante para a formação profissional, uma vez que, proporciona ao acadêmico o primeiro contato com a escola, permitindo que o estagiário conheça e vivencie o futuro ambiente de trabalho (EL TASSA, 2015). "O estágio enriquece a formação acadêmica"(EL TASSA, 2015, p.04).

Sem dúvidas, o estágio é o instrumento mais eficaz de preparação do estudante para enfrentar os desafios profissionais. Atuando em ambiente de trabalho, o aluno colocar em prática o que aprende na escola e antecipa o desenvolvimento de atitudes e comportamento profissionais, estimulando seu senso crítico e a criatividade, sem prejuízo de seus estudos (BRASIL, 2008, p.04).

O estágio se consolida como um momento de formação e reflexão entre a dimensão científica experimental, investigativa e reflexiva (Queiroz, 2014). Por sua vez, Barbosa- Rinaldi; Pizani (2012) apontam o estágio curricular como um momento onde o acadêmico irá vivenciar a prática profissional e que ao mesmo tempo o estágio aproximará o universo acadêmico à realidade do seu campo de trabalho, contribuindo desta maneira para a compreensão dos diversos campos de sua formação. Greco (2012) complementa enfatizando que o efeito do estágio no processo formativo é a viabilização de aprendizados de competências inerentes de sua atividade profissional e também auxilia o desenvolvimento do discente como cidadão e profissional.

Nesse sentido, entende-se que o estágio curricular se coloca, como um momento de aproximação do futuro profissional com seu possível campo de intervenção. Na Educação Física, que ainda resente de uma formação quase que exclusiva da Licenciatura, essa relação com o Bacharelado ainda está em construção, num processo de aprendizado e amadurecimento, tanto de docentes como de discentes, a qual precisa ser analisada, de modo a promover a apresentação de possibilidades para sua consolidação e estruturação (ANVERSA, *et al.*, 2015, p.26)

Um dos objetivos do estágio, como já dito, é aproximar os alunos da realidade de seu campo de trabalho. Porém para que a relação entre a formação inicial e a futura intervenção profissional se consolide durante o processo (BARROS, 2000,

apud, ANVERSA, 2015) afirma ser necessário que as instituições ensino superior, públicas e/ou privadas, levem em consideração as demandas da sociedade e também forme profissionais autônomos e capazes de refletir sobre a realidade social e adaptar-se às exigências do mercado profissional. Portanto, o estágio deve propiciar contato do graduando com profissionais de sua área que traz consigo experiências acumuladas, tornando possível de conhecimento que serão relevantes para sua formação.

6 CONCLUSÃO

A partir das pesquisas realizadas, pode-se concluir que o estágio supervisionado curricular, é uma ferramenta extremamente importante para a formação do profissional de Educação Física, pois, ele irá permitir o primeiro contato do docente com o que será sua realidade profissional. O acadêmico também terá a oportunidade de colocar em prática o que apenas viu em teoria.

REFERÊNCIAS

ANVERSA, A. L. B. *Et al.* O estágio curricular em Educação Física – Bacharelado. **Revista Kinesis**, vol. 33, N. 1, jan/jun, 2015.

AZEVEDO, A. C. B. **Novas Abordagens sobre o Currículo de Formação Superior em Educação Física no Brasil: Memórias e Documentos.** 1999. 212p. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro/RJ, 1999.

BARBOSA-RINALDI, I.P; PIZANI, J. Desafios dos estágios nos cursos de bacharelado em Educação Física. In: NASCIMENTO, J. V. do; FARIAS, G. O. **Construção da identidade profissional em Educação Física: da formação à intervenção.** Florianópolis: Ed. da UDESC, 2012.

BISCONSINI, C. R.*et al.* O estágio curricular supervisionado das licenciaturas na perspectiva de professores supervisores. **Corpo consciência**, Cuiabá-MT, v. 23, p. 75-87, 2019.

BRASIL. **Conselho Federal de Educação.** Resolução n.03 de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília/DF, 16 de jun. de 1987.

BRASIL. **Conselho Federal de Educação.** Decreto-lei n. 1.212, Brasília/DF, 7 abr. 1939.

_____. **Conselho Federal de Educação.** Decreto-lei n. 8.270, Brasília/DF, 3 dez. 1945

BRASIL. [Constituição (1937)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, Senado Federal, 2012 121p..

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Secretaria de Educação Física e Desportos do MEC. Parecer n.215 de 11 de março de 1987. **Reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo.** Brasília/DF, 1987.

CATANI, D. B. A Produção de questões sobre ensino e a constituição do campo educacional (disciplina EDM – 710). In: **CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, ÁREA TEMÁTICA: DIDÁTICA, TEORIA DO ENSINO E PRÁTICAS ESCOLARES** – USP. São Paulo, 1994, 1o semestre (não publicado).

COLOMBO, I. M.; BALLÃO, C. M. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 53, p. 171-186, jul/set. 2014.

EDUCAÇÃO PHYSICA – **Revista Technica de Sports e Athletismo.** Rio de Janeiro, Companhia Brasil, n. 6, p. 77, 1936.

EL TASSA, K. O. M. Estágio supervisionado curricular na formação de professores em Educação Física: relato de experiências. **Nucleus**, v. 12, n. 2, out., Paraná: Curitiba. 2015.

FIGUEIREDO, P. K. **A história da Educação Física e os primeiros cursos de formação superior no Brasil: o estabelecimento de uma disciplina (1929 – 1958)**. 2016. 272 p. tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016.

FINOQUETO, L. C. P. **Entre licenciatura e bacharelado em Educação Física: reformas no ensino superior de identidades dos profissionais de Educação Física da ESEF/UFPel**. 2012. 260 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

QUEIRÓS, P. Da formação à profissão: o lugar do estágio profissional. In: BATISTA, P.; GRAÇA, A.; QUEIRÓS, P. **O estágio profissional da (re) construção da identidade profissional em educação física**, Porto/Pt: Ed. U.PORTO, p. 68-83, 2014.

SOUZA NETO, S. *et al.* A formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas v. 25, n. 2, p.113-128, jan. 2004.

ANEXO A – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO: ESTÁGIO SUPERVISIONADO*

Capítulo I

Das Finalidades do Estágio

Art. 1º *O presente documento tem por finalidade normatizar as atividades da disciplina ESTÁGIO SUPERVISIONADO do curso de bacharelado de Educação Física.*

Art. 2º *O Estágio Supervisionado tem por finalidade:*

- a) *Formação profissional compromissada com a cidadania;*
- b) *Busca de soluções para impulsionar o exercício da cidadania como compromisso de transformação social;*
- c) *Consolidação teórica-prática de conteúdos, habilidades, competências e atitudes durante o curso;*
- d) *Complementação do ensino e da aprendizagem, com base em uma ambiência ética onde se cultive os valores humanos universais;*
- e) *Adaptação psicológica e social do aluno à sua futura atividade profissional;*
- f) *Treinamento do aluno para facilitar sua futura absorção pelo mercado de trabalho;*
- g) *Orientação do estudante na escolha de sua especialização profissional.*

Capítulo II

DAS ORIENTAÇÕES E CONCEITUAÇÕES

Art. 3º *Estágio Supervisionado é uma disciplina obrigatória do curso que tem por objetivo promover a integração do discente com o ambiente educacional e profissional, permitindo assim o aprofundamento dos conhecimentos teóricos com a prática.*

Art. 4º *A metodologia utilizada no Estágio Supervisionado visa à análise de situações reais que serão vivenciadas pelos alunos no mercado de trabalho.*

Art. 5º *A disciplina Estágio Supervisionado é ministrada com a participação do professor-orientador, que orienta e supervisiona as atividades realizadas pelos discentes. Todo o trabalho é concluído com a elaboração de um relatório em que o aluno demonstra sua capacidade de análise crítica e proposição criativa em soluções para os problemas diagnosticados.*

Art. 6º *É considerado ESTAGIÁRIO o aluno que estiver regularmente matriculado na disciplina de Estágio Supervisionado do curso.*

Capítulo III

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 7º Compete à UFPE, como instituição de ensino superior:

- a) Auxiliar a identificação das oportunidades de estágios junto às empresas;*
- b) Prestar serviços administrativos de cadastramento de estudantes e levantamento das áreas mais indicadas para estágio e das ofertas existentes;*
- c) Proceder o encaminhamento às empresas dos alunos através de carta de apresentação de estágio;*
- d) Fornecer ao estagiário toda a documentação necessária para o cumprimento do Estágio;*
- e) Fornecer ao estagiário, informações sobre os aspectos legais e administrativos a respeito das atividades de estágio;*
- f) Fornecer auxílio ao estagiário nos casos de acidentes e outras intempéries provenientes do local de Estágio Supervisionado devidamente oficializado com a UFPE.*

Art. 8º Compete ao coordenador de curso:

- a) Proporcionar ao professor-orientador horários para atendimento às atividades de estágio;*
- b) Promover a substituição do professor-orientador, quando do seu impedimento;*
- c) Solucionar casos omissos, não enquadrados nestas orientações.*

Art. 9º Compete ao professor-orientador da disciplina Estágio Supervisionado:

- a) Coordenar as atividades previstas na disciplina de Estágio Supervisionado;*
- b) Promover reuniões (aulas) de orientação com alunos estagiários;*
- c) Definir e divulgar datas-limite para entrega de relatórios e planos de atividades;*
- d) Orientar o aluno na elaboração do Relatório Final;*
- e) Proceder o acompanhamento do estágio conforme disposto neste Regulamento;*
- f) Realizar a avaliação final, efetuar o lançamento das notas finais do estágio no diário da disciplina;*
- g) Realizar visitas às empresas com o objetivo de melhor acompanhar o estagiário;*
- h) Contribuir para a integração entre a UFPE e as empresas.*

Art. 10º Compete ao professor supervisor:

- a) Recepcionar o estagiário e possibilitar as formas possíveis de aprendizado deste, através de observação, participação e intervenção supervisionada;*
- b) Assinar as fichas de frequências encaminhadas pelo estagiário;*
- c) Atribuir nota referente aos quesitos “habilidade” e “Atitudes”, que comporão a nota final do estágio;*
- d) Atender, quando possível e necessário, aos professores-orientadores da UFPE no formato de reuniões e encontros, com o objetivo de contribuir na formação diversificada e ampla dos estagiários.*

Art. 11º Compete ao aluno estagiário:

- a) Escolher dentre as empresas conveniadas a de seu interesse e comunicar a escolha ao professor-orientador da disciplina Estágio Supervisionado, para complementação da carga horária.*
- b) Fazer seu projeto de relatório de estágio e apresentá-lo ao orientador para aprovação;*
- c) Frequentar as reuniões (aulas) convocadas pelo professor-orientador;*
- d) Cumprir o calendário divulgado pelo professor-orientador, para entrega de documentos, relatórios e afins;*
- e) Elaborar o relatório final e entregá-lo ao professor-orientador.*
- f) Comparecer ao local do estágio no dia e horário determinado nos termos do estágio, estando com vestuário adequado ao local do estágio, respeitando princípios morais, éticos e de segurança do trabalho.*

PARÁGRAFO ÚNICO: *O aluno (a) ficará impedido de estagiar se estiver fora dos cumprimentos de competência do aluno;*

Capítulo IV

DA EXECUÇÃO

*Art. 12º A Instituição sendo representada pela Coordenação de Curso e professores da Disciplina de estágio deverá selecionar uma empresa para realizar o **Estágio de Ensino de Educação Física - Bacharelado**. A Instituição deverá estabelecer contato com os gestores da empresa e verificar a possibilidade de fazer o estágio naquele espaço profissional, sendo considerado a partir daí uma unidade de ensino.*

Art. 13º Acessar o site da UFPE (www.ufpe.br), entrar no link da Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos – Proacad (www.ufpe.br/proacad/) <Formação para o Trabalho / Estágio / Formulários>, baixar o **Termo de Compromisso de Estágio Curricular Obrigatório**/ Instituições diretamente conveniadas com a UFPE (4ª opção de cima para baixo), preencher (vide modelo), imprimir quatro cópias (frente e verso) e solicitar ao Coordenador ou Vice-coordenador do Curso de Bacharelado em Educação Física do Centro Acadêmico de Vitória que assine e carimbe todas as vias.

Art. 14º Preencher o **Plano de Atividades de Estágio**, complementando com as informações necessárias e imprimir quatro cópias.

Art. 15º Antes de iniciar o estágio de ensino, entregar uma cópia do **Termo de Compromisso de Estágio Curricular Obrigatório** (devidamente preenchido, assinado e carimbado) e do **Plano de Atividades de Estágio** a:

- a) Escolaridade do Centro Acadêmico de Vitória;
- b) Escola campo de estágio (com uma foto 3x4 colada no canto superior direito);
- c) Professor responsável pelo estágio (CAV/UFPE) (com uma foto 3x4 colada no canto superior direito).
- d) O aluno deverá guardar uma cópia desses documentos para compor o **Relatório de Estágio**.

Capítulo V

DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 16º O Estágio Supervisionado terá a duração de um semestre letivo por disciplina, inserido na grade curricular do curso, na disciplina Estágio Supervisionado com 6 (seis) meses de duração ou carga horária máxima de 120 horas.

Capítulo VI

DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 17º O acompanhamento de estágio será feito pelo professor-orientador da disciplina Estágio Supervisionado e pelo professor-supervisor do local de realização do estágio, através de:

- a) Reuniões de acompanhamento entre professor-orientador e aluno, e professor-orientador e professor-supervisor durante o período de estágio;
- b) Visitas às empresas em que estão sendo realizados os estágios;
- c) Vistar os relatórios parciais elaborados pelo estagiário.

Capítulo VII

DA AVALIAÇÃO